

**ENCERRAMENTO DO
MUTIRÃO CARCERÁRIO
CNJ**

04 / 11 / 2010

Excelentíssimos Senhoras e Senhores
Digníssimos Representantes do Conselho Nacional de
Justiça, do Ministério Público, da Secretaria de Estado
de Defesa Social, da Defensoria Pública, da Ordem
dos Advogados do Brasil,

Senhoras e Senhores Desembargadores e
Juízes,

Demais autoridades presentes.

Boa tarde a todos.

Estamos aqui hoje abrindo o Mutirão
Carcerário em Minas Gerais nos moldes da Resolução
Conjunta nº 01 de 2009 do Conselho Nacional de
Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público,
regulamentada pela Portaria-Conjunta da Presidência
do Tribunal de Justiça e da Corregedoria Geral de
Justiça de Minas Gerais.

Como havia assinalado na reunião preparatória, não pouparemos esforços para alcançar o verdadeiro desiderato deste Mutirão, que pode ser resumido no cumprimento dos princípios constitucionais da razoável duração do processo e da legalidade estrita da prisão.

Reafirmamos aqui o compromisso do **Tribunal de Justiça de Minas Gerais** com aqueles mesmos compromissos assumidos pelo CNJ e pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

Trata-se de um projeto nacional que já tem dado frutos nos Estados em que foi implantado.

Como bem assinalam o CNJ e o Conselho Nacional do Ministério Público há a necessidade de se aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento das prisões provisórias e definitivas.

Imprescindível ainda estabelecer os controles mais efetivos e integrados da execução das medidas que importem em restrição de liberdade. Daí a importância de tal iniciativa.

Minas Gerais tem dado uma resposta rápida a esse chamamento procurando contribuir para melhorar a dramática e complexa realidade existente no sistema prisional de nosso Estado.

Tanto que já foram instituídos recentemente mutirões nas Comarcas de Igarapé, Ponte Nova e Vespasiano, com resultados bastante significativos.

Este Mutirão estadual que aqui se instala, certamente trará brilhantes resultados, sobretudo no que se refere à proteção e ao resgate dos direitos fundamentais dos indivíduos que se encontram encarcerados.

Não estamos aqui evidentemente para receber eventuais aplausos por promovermos iniciativas como essas, nem tampouco por quaisquer outras ações que venhamos a tomar na direção de mitigar os enormes problemas decorrentes da questão penitenciária no Brasil.

Vejo tudo isso como nossa obrigação. Nosso dever de homens públicos e de cidadãos comprometidos com a ética, a preservação da dignidade das pessoas e com o respeito aos Direitos Humanos.

Por mais que façamos ou que tenhamos feito na direção da realização da Justiça, não há como nos orgulhar da realidade dura que está estampada nas cadeias brasileiras. Longe disto. Temos é que continuar enfrentando-a como sempre: com coragem e forças redobradas.

Coragem para reconhecer as mazelas e corrigir de vez as distorções do sistema - inchado, desgastado e por vezes, por que não dizê-lo? Injusto e degradante. Sabemos disto, e por isso estamos no rumo de ações efetivas e buscando as mudanças estruturais.

Meus Senhores e minhas Senhoras. A massa carcerária é constituída em sua grande maioria de pobres que não têm recursos para pagar a assistência jurídica adequada.

São homens e mulheres esquecidos atrás das grades, desprovidos de tratamento minimamente digno. Ali eles vivem o cotidiano da superlotação das penitenciárias, resultado de uma complexa equação à qual há de se somar o excessivo número de processos.

Eles padecem, tenhamos em mente, de um drama que parece não ter fim, que não se esgota quando alcançam a tão sonhada liberdade.

Rever penas é importante. Corrigir injustiças é essencial. Colocar esses homens e mulheres injustiçados nas ruas talvez seja a parte mais fácil desse projeto que abraçamos aqui hoje.

Mas nós temos que refletir é sobre o dia seguinte, pensar mais profundamente na reintegração dos ex-detentos na sociedade e no mercado de trabalho.

Já passou da hora de nos prepararmos – Justiça, Governos e Sociedade – efetivamente para esse momento tão crucial para o egresso do sistema prisional.

Por tudo isso, esta iniciativa do CNJ e do Conselho Nacional do Ministério Público merece

nosso agradecimento, aplauso e principalmente empenho.

É motivo de honra poder colaborar com a realização deste Mutirão carcerário, cuja iniciativa reflete uma vez mais o importante papel do Conselho Nacional de Justiça na condução dos projetos e iniciativas destinados à preservação dos direitos fundamentais do indivíduo.

Muito obrigado a todos.